

**O FREVO COMO RECURSO PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL NA EJA**

Aurino Francisco do Nascimento Filho
Mestrando do Curso Profissional de Ensino de História da UFPE
E-mail: blackjr03@hotmail.com

Rosangela Paulo Monteiro
Mestra em Educação pela ALPHA
E-mail: rosangelapaulo123@hotmail.com

Resumo

O presente projeto tem sua estrutura baseada na possível contribuição do Patrimônio Cultural Imaterial Frevo para a Educação Patrimonial nos anos finais do Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesta pesquisa, tivemos como objetivo principal investigar a contribuição do Patrimônio Cultural Imaterial Frevo para a Educação Patrimonial em turmas da Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental (anos finais). Buscamos, especificamente, desenvolver atividades que sensibilizem os alunos para a importância da apropriação de valores culturais e históricos, a partir do Frevo, incentivar a preservação e a valorização do “Frevo”, enquanto “Patrimônio Imaterial da Humanidade”, e estimular nos alunos o sentimento de pertencimento, a partir das discussões e vivências das diversas formas de manifestações do frevo.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural. Frevo. Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Abstract

This project has its structure based on possible contribution of Frevo Intangible Cultural Heritage for Heritage Education in Elementary Education final years in Youth and Adult Education (EJA). In this research, main objective was to investigate contribution of Frevo Intangible Cultural Heritage for Patrimonial Education in classes of Youth and Adult Education of Elementary School (final years). Specifically, it aimed to develop activities that sensitize students to importance of cultural and historical appropriation, based on Frevo, encourage preservation and appreciation of "Frevo" as "Intangible Heritage of Humanity" and stimulate in students the feeling of belonging, from discussions and experiences of various forms of frevo manifestations.

Keywords: Cultural heritage. Frevo. Youth and Adult Education (EJA).

1 INTRODUÇÃO

Analisando a etimologia da palavra patrimônio, vemos que esta significa “herança paterna, bens de família e num sentido mais amplo, bem ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país ou para a comunidade, e que, ao se tornarem protegidos por tombamento, devem ser preservados para usufruto de todos os cidadãos”. Portanto, relaciona-se aos bens, ou às heranças deixados pela família e que podem ser de ordem material e imaterial.

Segundo a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, os patrimônios culturais “são uma herança coletiva, pois são importantes e representativos para a história e identidade de uma coletividade”. (FUNDARPE, 2009); (CHOAY, 2006). Tais bens são dinâmicos, modificando-se ao longo das gerações, de acordo com as novas necessidades que surgem, revelando, assim, os múltiplos aspectos de uma comunidade.

Todavia, o desconhecimento da maioria da população acerca da história e da importância dos patrimônios, acarreta o descaso com o zelo e com a sua preservação. A constatação deste fato motivou a elaboração do projeto de educação patrimonial destinado a jovens e adultos que visa o estudo da contribuição do Frevo, enquanto patrimônio imaterial da humanidade, para a educação patrimonial, conscientizando-os e motivando-os a atuarem como agentes multiplicadores na preservação patrimonial.

Entendemos que a concepção de bens culturais no processo de patrimonialização deve estar intimamente integrada a vida das pessoas. Dessa forma os bens não tangíveis passam a ser reconhecidos oficialmente pelo Estado como patrimônio, em que a relação profunda que os mesmos possuem com as comunidades são fundamentais para sua preservação. Assim sendo, podemos pensar também na escola como ambiente estruturante para o estabelecimento desse processo de diálogo entre as comunidades e os

bens culturais. Traremos nesse trabalho, portanto um diálogo entre educação patrimonial, frevo, ensino de história e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Entendemos, portanto, que utilizar o Frevo, enquanto patrimônio imaterial, que se apresenta na forma de uma manifestação cultural musical, coreográfica e poética de caráter coletivo, pode fortalecer e potencializar a educação histórica, principalmente nas salas de aula da EJA, onde poucos alunos se reconhecem enquanto sujeitos coativos de seu momento histórico. Sem esquecer que os livros didáticos da EJA, pouco contemplam conteúdos dessa natureza, tornando-se assim insuficiente para os discentes apropriarem-se dessas informações.

Assim, nesse projeto de educação patrimonial, pretende-se construir junto com alunos da EJA, e comunidade escolar, a ampliação da visão de patrimônio cultural, através da discussão, observação da manifestação do frevo, enquanto patrimônio imaterial, levando-os a um processo ativo de conhecimento; com o objetivo de retomar valores culturais da nossa sociedade, na busca por uma relação de valorização, preservação e pertencimento, que são fundamentais para que se reconstrua uma identidade cultural, e se perpetue nas futuras gerações.

Diante do contexto apresentado, adotamos como problema de pesquisa a seguinte questão: De que maneira o Patrimônio Cultural Imaterial Frevo pode contribuir para a Educação Patrimonial em turmas da Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental (anos finais)?

Na busca de encontrar respostas ao nosso problema será desenvolvida uma pesquisa semi-experimental, de caráter qualitativo, com base na análise nas atividades vivenciadas e desenvolvidas pelos alunos, para verificar as possíveis contribuições de um processo de intervenção com o Patrimônio Cultural Imaterial Frevo no desenvolvimento de uma Educação Patrimonial nesses alunos.

Em relação ao objetivo geral o trabalho visa investigar a contribuição do Patrimônio Cultural Imaterial Frevo para a Educação Patrimonial em turmas da Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental (anos finais). No âmbito

específico: desenvolver atividades que sensibilizem os alunos para a importância da apropriação de valores culturais e históricos, a partir do Frevo; incentivar a preservação e a valorização do “Frevo”, enquanto “Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade”; e, estimular nos alunos o sentimento de pertencimento, a partir das discussões e vivências das diversas formas de manifestações do Frevo.

A metodologia utilizada começa com a realização de pesquisas aprofundadas em livros, revistas, e sites de institutos de defesa do patrimônio, com o objetivo de produzir textos base para elaboração de aulas. Levaremos em consideração a compreensão de autores como Fonseca (2003), Evandro Rabello (2004), Horta (1999), Horta e Del Priore (2005), Oliveira e Wenceslau (2007), e Silveira e Bezerra (2007), e ainda, as contribuições dos órgãos nacionais e internacionais, como IPHAN, FUNDARPE, e UNESCO. Num segundo momento, desenvolveremos atividades de intervenção em uma Escola Pública Municipal, com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino fundamental (anos finais). Serão realizadas quatro aulas, com duração de 50 minutos cada aula; nas quais, pretende-se que o aluno desenvolva os conceitos de patrimônio, patrimônio imaterial ou intangível e patrimônio material, e conheça quais elementos da cultura material ou imaterial são considerados patrimônio hoje no Brasil. Espera-se ainda que o aluno possa estar mais sensibilizado para a diversidade cultural presente no seu espaço, desenvolvendo o sentimento de pertencimento dentre uma as múltiplas expressões culturais presentes em sua comunidade, o Frevo.

O presente estudo está dividido em três capítulos: O Material e Imaterial do Patrimônio Cultural, Frevo – Patrimônio Imaterial Da Humanidade e Educação Patrimonial; tendo como base diversos aparatos legais, como: o Decreto-Lei nº 25/37, a Constituição Federal de 1988, Decreto no 3551/2000, Lei municipal nº. 15.628/92, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

2 O MATERIAL E IMATERIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O culto ao patrimônio existe desde o final do século XIX na Europa sob o ideal conservador e preservacionista de bens materiais de valor histórico (edificações, monumentos, artefatos, etc.), intensificando-se no pós-guerra, sob o medo da perda de identidade e o caráter nacional.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que afirma que patrimônio cultural é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer por seu valor arqueológico, bibliográfico, etnográfico ou artístico.

Já o artigo 216, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, explana que:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, que incluem as formas de expressão, os modos de criar (ciência, artes e tecnologias), fazer e viver, “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Durante muito tempo, o que deveria ser uma das modalidades de patrimônio presente nas sociedades – patrimônio cultural material -, terminou por ser a única disponível, sendo privilegiados os bens referentes aos grupos sociais conservadores e elitistas. Com o advento da globalização, a valorização do patrimônio imaterial teve seus contornos iniciais, trazendo ameaça à homogeneização e padronização cultural.

O Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, deu início ao registro dos bens imateriais, definido como um conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte integrante de sua cultura, tendo como uma de suas principais características o fato de tradicionalmente ser transmitido de geração a geração, gerando sentimento de identidade e continuidade em grupos populacionais.

A 32ª Conferência da UNESCO, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Paris no ano de 2003, cria uma definição abrangente de patrimônio cultural imaterial, que entende:

Por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.¹

Recorrendo a Saussure (1969), Fonseca (2003, p. 65) aponta que falar de “patrimônio imaterial ou intangível, não está se referindo propriamente a meras abstrações, em contraposição a bens materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível um suporte físico”. Entende-se, dessa maneira, que todos os signos possuem dimensão material e simbólica, “como duas faces de uma moeda”.

Compreende-se, portanto, que patrimônio cultural imaterial, refere-se aos testemunhos da história e da cultura, produzidos pelos grupos sociais que identificam o seu modo de vida. Para além dos bens físicos, a herança cultural também é composta por tradições, folclore, práticas, saberes, línguas, festas dentre outros elementos que são transmitidos oral ou gestualmente e refletem os valores e constituem o fundamento da vida comunitária. É algo que recebemos do passado sendo representativo de uma época e que carrega consigo valor simbólico para a coletividade.

2.1 FREVO – PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE

¹ UNESCO. **Patrimônio Cultural Imaterial.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/#c1048605>. Acesso em: 10 jun. 2018.

De origem urbana, o frevo nasceu nas ruas do Recife, nos fins do século XIX e começo do século XX como fenômeno de resistência da classe trabalhadora, que passam a ocupar as ruas já que não entravam nos salões dos Clubes de Alegoria e Crítica da elite intelectual e econômica de Pernambuco. O carnaval da elite era centrado nas máscaras, alegorias e na crítica social dos costumes, com a intenção de mostrar um carnaval dito bonito, inteligente e culto, no qual não havia espaço para as camadas mais pobres, sobretudo, para negros e mestiços. Compostos por corporações profissionais remanescentes dos primeiros séculos de nossa colonização, os primeiros Clubes de Pedestres também denominados de Clubes de Frevo surgiram na década de 1870 e se assemelham às procissões quaresmais, de Cinzas e Fogaréus comuns no Recife desde o século XVIII. As pessoas saíam às ruas portando estandarte, cantando e dançando em visitas a casas de pessoas amigas onde comiam e bebiam, numa euforia comum aos carnavais daquela época.

Na década de 1920, surgiram os blocos carnavalescos a partir das reuniões familiares dos bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista, entre outros, como uma extensão dos presépios e ranchos de reis. A partir de 1930, convencionou-se desdobrar o ritmo em: frevo de rua, puramente instrumental; frevo-canção com uma introdução e uma letra; e frevo de bloco tocado e cantado por orquestra de pau e corda sendo o mais lento dos três (PRONEWS, 2007, p.27).

A primeira referência escrita do frevo na imprensa, data de 9 de fevereiro de 1907 no Jornal Pequeno, conforme o historiador Evandro Rabello documentou em seu livro *Memórias da folia “O Carnaval do Recife pelos olhos da imprensa – 1822/1925”* (2004). Desde 1992, comemora-se anualmente em 9 de fevereiro o Dia do Frevo, instituído pela Lei municipal nº. 15.628, proposta pelo então Vereador Byron Sarinho, aprovada pela Câmara de Vereadores do Recife e sancionada pelo prefeito Gilberto Marques Paulo. Cem anos depois da primeira referência escrita da palavra frevo na imprensa, a Prefeitura do Recife solicitou ao Ministério da Cultura o registro do frevo como Patrimônio Imaterial do Brasil.

Em cerimônia realizada na cidade de Paris, França, no ano de 2012, a UNESCO anuncia que, aprovado com unanimidade pelos votantes, o frevo foi eleito Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Segundo a FUNDARPE o Patrimônio Imaterial é conceituado como:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (FUNDARPE, 2009).

O frevo possui a riqueza de uma expressão artística que é ao mesmo tempo popular e erudita; além do caráter de resistência, por ser um ritmo que surgiu das camadas menos favorecidas, e que resistiu ao poder das elites. Há uma diversidade cultural condensada no frevo, num processo dinâmico de diálogo entre várias tradições, mantendo-se, assim, um símbolo “vivo” da identidade cultural e da história de um povo.

Sendo o Frevo, fruto de uma dinâmica histórico-social, são evidentes as mudanças ocorridas, ano a ano, nas diversas formas de expressão associadas ao frevo. O Frevo é dinâmico, dessa maneira, suscetível a todas as formas de mudanças, releituras e acréscimos. É o (re) fazer constante que atualiza, revitaliza e o transforma. Um processo de construção contínuo inerente às expressões artísticas, sobretudo às manifestações populares.

2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Para Horta (1999) a educação patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A concepção de educação patrimonial aqui é a que se convencionou denominar de transformadora, aproximando-se da perspectiva apontada pela “Sociedade de Preservação Memória Viva” (2006), que a entende como instrumento de garantia do direito à memória e a cidadania, podendo provocar reações positivas ou gerar conflitos. Pois, concordamos com Horta e Del

Priore (2005) que o não estímulo do reconhecimento e interpretações da realidade quebra a identidade social do indivíduo, principalmente no mundo moderno que oferece constantes e rápidos modelos de representações.

Na educação patrimonial a proposta não é ter uma postura instrucionista (olhar de técnicos) ou bancária expressões assim colocadas por Paulo Freire, e sim uma construção coletiva e compartilhada, a intenção não é conscientizar as pessoas, mas sim a de despertar-nos a sua visão como produtores de cultura, despertando assim uma “participação ativa e crítica nas ações de preservação e valorização de seu patrimônio cultura” (TOLENTINO, p. 68) contando para isso com a participação ativa da comunidade, tendo por enfoque “seus modos de viver, seus saberes e fazeres, seus lugares e seus patrimônios vivos” (TOLENTINO, p. 64). Oliveira e Wenceslau (2007) entendem que a Educação Patrimonial não pode impor uma identidade, mas, um “estímulo, um ponto de partida, apresentando, discutindo e gerando, em cada indivíduo, a necessidade e o interesse em querer identificar-se com o patrimônio” (p. 31).

A educação patrimonial deve ter como tema central a cultura como perspectiva de busca de conhecimento acerca de todas as abordagens que a mesma rodeia. Para Silveira e Bezerra (2007), perceber a educação dentro de uma perspectiva que aposta na cultura como princípio norteador não é novidade no Brasil. Porém, Oliveira e Wenceslau (2007), indicam que “as propostas voltadas para cultura e a educação tramitam em segundo plano nas discussões políticas” (p. 23).

A educação patrimonial, nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema.

A necessidade da educação patrimonial ou da utilização do acervo cultural brasileiro como objeto de estudo nos currículos e programas escolares já se constituía uma preocupação dos ideólogos do patrimônio cultural, a exemplo de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Para ele, só havia um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional - a educação popular. Tanto assim é que o prêmio concedido anualmente pelo IPHAN às melhores ações de preservação do país contempla, entre outras categorias, a modalidade de educação patrimonial.

Nesse sentido:

São necessários pesados investimentos em Educação Patrimonial, com políticas públicas sérias que viabilizem a inserção dessa proposta nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio e também em programas pedagógicos, em que todos os níveis sociais e econômicos da população possam discutir, aprender, valorizar e preservar o patrimônio (OLIVEIRA; WENCESLAU, 2007, p. 24).

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 - enfatiza, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) para o ensino fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), trazem uma inovação, ao permitir a necessária interdisciplinaridade na educação básica, mediante a introdução dos chamados "temas transversais", que deverão perpassar as diferentes disciplinas escolares. Dois desses temas transversais possibilitam à escola o estudo do patrimônio histórico e a consequente adoção de projetos de educação patrimonial. Trata-se dos temas do meio ambiente e da pluralidade cultural.

Como se vê, já há espaços normativos para que a escola vivencie experiências inovadoras capazes de suscitar nos alunos o interesse pelo conhecimento e pela preservação de nossos bens culturais. No entanto, é preciso que as secretarias de educação dos estados e municípios, em parceria com os órgãos de preservação, realizem

cursos e atividades pedagógicas que instrumentalizem o professor com a concepção e a metodologia da educação patrimonial. Só assim estaremos dando condições efetivas para que a escola se constitua num espaço privilegiado para o exercício da cidadania de nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos, mediante o conhecimento e a valorização dos bens culturais que compõem o multifacetado patrimônio histórico nacional.

3 METODOLOGIA

Participarão desse estudo alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino fundamental (anos finais), as atividades serão realizadas em quatro aulas, com duração de 50 minutos cada aula. Por meio das aulas, pretende-se que o aluno possa se aproximar dos conceitos de patrimônio, patrimônio imaterial ou intangível e patrimônio material, e conhecer que elementos da cultura material ou imaterial são considerados patrimônio hoje no Brasil.

Horta et al. (1999) pensam a metodologia para o ensino da Educação Patrimonial, baseada em quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação; entendendo que a partir dessas etapas é possível promover propostas de aprendizagem que criem uma relação de afeto ente a comunidade e seus bens culturais, conscientizando-os acerca da importância de valorizá-los e preservá-los. Baseando-se nessa perspectiva, desenvolveremos a metodologia da seguinte maneira:

Na primeira aula, será abordado o conceito de “patrimônio”, discutindo-se também o significado dos termos “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”. É interessante que esse primeiro momento seja de sensibilização e sondagem dos conhecimentos dos alunos. O professor pode iniciar os trabalhos a partir de questões gerais propostas à turma que nos demonstrem as percepções dos alunos acerca do tema. Elas servirão para iniciar os debates sobre o conceito de “patrimônio”. Algumas sugestões:

- 1- Como os alunos compreendem a noção de preservação cultural?

- 2- O que pensam sobre o que deve ser preservado?
- 3- O que eles entendem que seja patrimônio?
- 4- O que eles entendem que seja patrimônio imaterial?
- 5- Como entendem manifestações culturais distintas da sua (modos de se alimentar religiosidade, danças, canções etc.)?
- 6- O que é frevo?

Em seguida, o professor pode propor em sala de aula a leitura de pequenos textos sobre patrimônio e diversidade cultural. Seu objetivo é subsidiar o aprofundamento das discussões e a construção coletiva dos conceitos. A seguir, apresentamos três sugestões de textos (Anexo A). O primeiro deles, acessível pelo site da Brasil Escola, destacar a associação semântica entre “patrimônio” e “aquilo que se herda”, “o que nos é transmitido”, “à figura paterna”, além de apresentar definições gerais de conceitos de Patrimônio, Patrimônio Imaterial e Material. Em seguida, sugerimos dois textos que descreve as diferentes categorias de “patrimônio”: Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial, ambos os presentes no site da UNESCO. As discussões suscitadas pelos textos sugeridos, podem servir como ponto de conexão entre a apreensão conceitual e as experiências culturais e subjetivas dos alunos. Isso porque um aspecto central quanto ao conceito de “patrimônio” é que o aluno possa se sentir parte integrante de uma comunidade, compartilhando seus valores e referências culturais.

Após a leitura e debates, o professor pode ajudar os alunos a construírem, coletivamente, os conceitos de patrimônio, diversidade cultural, patrimônio material e patrimônio imaterial. O professor poderá perguntar a turma como descreveriam cada um desses conceitos. A partir das respostas, o professor juntamente com a turma poderá montar um quadro (pode ser em material simples, como folhas de papel pardo), esquematizando os conceitos elaborados pela turma.

Na segunda aula, serão aprofundadas as discussões conceituais iniciadas na primeira aula. Seu principal objetivo é que os alunos possam contrapor as definições

que eles formularam a outras apresentadas nas novas discussões. Em que medida suas definições estavam adequadas? Cabe completá-las?

O professor reapresentará o quadro conceitual elaborado pelos alunos na primeira aula. Em seguida, apresentará o vídeo “Momento Patrimônio – O que é patrimônio?”, após a apresentação, o foco da discussão deverá ser o conceito de patrimônio. Depois, o professor deverá apresentar um segundo vídeo “Momento Patrimônio – Educação Patrimonial”, como subsídio à discussão das relações entre patrimônio e a preservação da diversidade cultural. Ao final, o professor deverá retomar o quadro, sugerindo ampliações das primeiras definições, conforme as discussões suscitadas em sala de aula.

Na terceira aula, os alunos irão visitar o Museu Paço do Frevo, que “é um espaço dedicado à difusão, pesquisa, lazer e formação nas áreas da dança e música do frevo, visando propagar sua prática para as futuras gerações” (PAÇO DO FREVO, 2014). As atividades desenvolvidas no museu abrangem: o Centro de Documentação, a Escola de Música, a Escola de Dança e as Exposições.

Para a vivência das atividades, os alunos serão divididos em três grupos: o primeiro irá conhecer o frevo enquanto história, sendo a história do frevo “contada em vídeos, numa linha do tempo e no Centro de Documentação Maestro Guerra Peixe, que reúne documentos e informações relativos ao universo do frevo”. O segundo grupo, irá vivenciar o frevo enquanto música, pois “a Escola de Música permite um contato sistematizado com a música do frevo, em suas diversas linguagens e modalidades, para formar novos músicos e novos repertórios”. Já o terceiro grupo, irá aprender sobre o frevo enquanto dança, sendo a “Escola de Dança focada em atividades de formação, transmissão e difusão da dança do frevo (passo)”. Por fim, todos juntos, vivenciarão as exposições, que celebram “as histórias, as agremiações e os personagens do frevo em exposições temporárias e de longa duração no térreo e no terceiro andar” (PAÇO DO FREVO, 2014).

Na quarta aula, será feita a culminância da temática, solicitando que cada grupo formado na aula anterior, desenvolva uma oficina, a partir do que aprendeu sobre o

Patrimônio Imaterial “Frevo” durante a visita ao museu, seja a partir da história, música ou dança. Essas oficinas serão realizadas na escola e o público será a comunidade escolar. Dessa maneira, além de ser uma forma de socializar o que cada grupo vivenciou também, será uma possibilidade de avaliar a construção dos conhecimentos conceituais e atitudinais; e ainda, proporcionar a comunidade escolar o desenvolvimento de conhecimentos e práticas culturais.

Zabala (1998, p. 205) vai afirmar que a melhor avaliação para conteúdos conceituais, será feita através de atividades nas quais os alunos utilizem os conceitos em diversas situações, como, “trabalhos em equipe, debates, exposições e, sobretudo diálogos”. Já os conteúdos atitudinais, apresentam dificuldades de aquisição e avaliação, assim esta terá de ser feita através da observação das opiniões, a maneira como trabalham em grupo, inclusive em passeios. Tendo em mente que o aluno não deve aprender para “mostrar conhecimento ao professor”, mas “aprender para intervir na realidade” (FREITAS, 2003, p. 40).

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo, Edusp, 1979.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, 1937.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL ESCOLA. **Patrimônio Histórico Cultural**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>. Acesso em: 09 jun. 2018

CULTURA E MERCADO. **Frevo: patrimônio imaterial do Brasil**, [S.l.], 2007. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/site/noticias/frevo-patrimonio-imaterial-do-brasil/>. Acesso em: 27 mai. 2018.

HORTA, Maria de Lourdes Pereiras; DEL PRIORE, Mary. **Proposta pedagógica: Memória, patrimônio e identidade**. Boletim n. 4. São Paulo, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

FONSECA, Maria C. Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, serialização e avaliação**. Confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

FUNDARPE. **Patrimônios de Pernambuco: Materiais e Imateriais**. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

OLIVEIRA, F. de; WENCESLAU, F. F. Educação patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “Casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS. In: SOARES, A.; L.; R.; KLAMT, S.C. (orgs.) **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2007.

PAÇO DO FREVO. Home: Conheça. Recife, 2014. Disponível em: <http://www.pacodofrevo.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

RABELLO, Evandro. **Memórias da folia: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa (1822-1925)**. Recife: Funcultura, 2004.

RECIFE. **Lei nº 15628 de 28 de abril de 1992**. Institui o dia do frevo e dá outras providências. Recife, 1992.

SILVA, Maria Olga Enrique; TOLENTINO, Átila Bezerra. Narrativas de educação patrimonial: a experiência da Casa do Patrimônio da Paraíba In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secult for Iphan, 2015.

SILVEIRA Flávio L. A. da. BEZERRA, Márcia. **Educação patrimonial: perspectivas e dilemas**. Nova Letra, 2007.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Patrimônio Histórico Cultural**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>. Acesso em 10 jun. 2018.

UNESCO. **Patrimônio Natural no Brasil.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/natural-heritage/#c1076385>. Acesso em: 10 jun. 2018.

UNESCO. **Patrimônio Cultural Imaterial.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/#c1048605>. Acesso em: 10 jun. 2018.

UPFTV. **Momento Patrimônio 1 – O que é patrimônio?** 2011. (20 m26s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=djAQcsSiie8>. Acesso em: 02 mai. 2018.

UPFTV. **Momento Patrimônio 4 – Educação Patrimonial.** 2011. (26m09s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=g81T3lG-uVE>. Acesso em: 02 mai. 2018.

ZABALA, A. **Avaliação.** In: A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre, Artmed, 1998.

